



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA (T5-PRES-AJP)

PARECER Nº 152/2022

Processo Administrativo Virtual 0010120-09.2022.4.05.7000

Pedido de Autorização de Despesa - PAD 313/2022. Contratação direta por inexigibilidade de licitação da empresa IBEPES – Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais.

1. Inscrição de Servidores no evento “Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS,”.
2. Escolhas do prestador e do preço devidamente justificadas.
3. Parecer favorável com fundamento no art. 25, inc. II, c/c art. 13, VI e art. 26, parágrafo único, incs. II e III, todos da Lei 8.666/1993.

1. Relatório.

O presente processo administrativo foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise e aprovação de solicitação oriunda do Pedido de Autorização de Despesa - PAD 313/2022 (doc. 3061169), cujo objeto consiste na inscrição dos Servidores Telma Roberta Vasconcelos Motta, mat. 5347, Robson Godoi de Albuquerque Maranhão, mat. 1101, e Marcelo Nobre Tavares, mat. 5619, no evento "Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS", promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais - IBEPES, em Curitiba/PR, no período de 24 a 27 de outubro de 2022 e carga horária de 21 (vinte e uma) horas.

A Divisão de Gestão Estratégica e Governança discorreu acerca da necessidade da contratação de serviços de natureza intelectual e singular para a qual não há possibilidade de eleger critério objetivo de julgamento, e assim justificou a contratação (doc. 3059003):

O Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS se propõe a discutir, com base em evidências, as distintas dimensões teóricas, metodológicas e práticas, que compõem o funcionamento da Justiça. Trata-se de iniciativa que visa congregiar várias áreas do conhecimento, como Direito, Economia, Sociologia e Administração Pública, com a finalidade de gerar e disseminar conhecimentos capazes de melhorar os níveis de eficiência e de efetividade da Justiça. Essa ação é particularmente importante na medida em que sistemas de justiça são, regra geral, caros, congestionados, lentos e pouco efetivos.

Além da relevância do evento para o aprimoramento, crescimento e conhecimento de boas práticas para elevar a eficiência e efetividade da Justiça, o Tribunal teve um trabalho aceito para publicação neste evento e precisará apresentá-lo.

Os autos foram regularmente instruídos com os seguintes documentos, anexados eletronicamente:

1. Solicitação de Participação em Evento de Capacitação (doc. 3021696);
2. Despacho com autorização da Presidência deste Tribunal para participação dos Servidores no curso solicitado (doc. 3035785);
3. Folder e Programação do evento (docs. 3021967 e 3021971);
4. Trabalho elaborado pelos servidores do TRF 5 e aceito para publicação nesse evento (doc. 3025683);
5. Certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO LTDA.:
 - 5.1 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade até o dia **09/01/2023** (doc. 3027909);
 - 5.2. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, com validade até o dia **27/10/2022** (doc. 3058949);
 - 5.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até o dia **01/04/2023** (doc. 3058951);
 - 5.4. Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual, com validade até **10/11/2022** (doc. 3058951);
 - 5.5. Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal, com validade até **11/01/2023** (doc. 3068117);
6. Informação da Divisão de Desenvolvimento Humano justificando a escolha da empresa, bem como a participação dos Servidores no evento (doc. 3059003);
7. Atestado de Capacidade Técnica (docs. 3058917 e 3027905);
8. Projeto Básico (doc. 3059006);
9. Pedido de Autorização de Despesa - PAD 313/2022 (doc. 3061169);
10. Solicitação de Empenho (doc. 3061172);
11. Informação da Subsecretaria de Orçamento e Finanças - SOF, asseverando que a presente despesa possui adequação à Lei Orçamentária para o presente exercício e compatibilidade com o Plano Plurianual para os exercícios futuros e que a despesa será classificada no Plano de Trabalho 168460, Exercício 2022, Elemento 3.3.90.39.48, no valor de R\$ 1.425,00 (mil quatrocentos e vinte e cinco reais) (doc. 3064023).

É o relatório. Passo a opinar.

2. Análise Jurídica.

Este opinativo não se manifestará sobre os aspectos técnicos e orçamentários do procedimento em epígrafe, restringindo-se tão somente à análise jurídica da contratação postulada.

Com efeito, será examinada a adequação do procedimento administrativo instaurado à legislação pátria e a documentação colacionada aos autos, nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

2.1. Contratação direta por inexigibilidade de licitação: art. 25, inc. II, da Lei 8.666.

Em regra, as obras, serviços, compras e alienações, da Administração Pública submetem-se à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório, nos termos do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.

As exceções consistem nas contratações diretas por dispensa de licitação, prevista no art. 24, e por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, ambos da Lei n.º 8.666/93.

No caso em exame, imperioso reconhecer o cabimento da contratação direta por

inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inc. II, § 1º, c/c o art. 13, inc. VI, todos da Lei de Licitações e Contratos, por se tratar de inscrição de Servidores em treinamento. Senão vejamos:

§ 1: A Lei 8.666/93 assim dispõe sobre a inexigibilidade da licitação, em seu art. 25, inc. II e

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

Já o mencionado art. 13, da mesma lei, dispõe:

"Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

Jurisprudência e Doutrina.

2.2. Inexigibilidade de licitação. Serviços técnicos profissionais especializados.

Nesse sentido, já se pronunciou o Tribunal de Contas da União na Decisão 439/1998, do Plenário, referente ao Processo TC 000.830/98-4:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, decide:

1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;

O serviço técnico profissional especializado, como o próprio nome sugere, resulta da conjugação de três elementos: a) técnico; b) profissional e c) especializado, a seguir identificados:

- O serviço técnico que difere do serviço de natureza comum – objeto de licitação pública -, exige, em síntese, a especialização, o toque pessoal, a particular experiência que implica no viés subjetivo da contratação, bem como na aplicação de metodologia própria e caráter científico;

- O serviço será profissional quando constituir-se objeto de uma profissão, ressalvando que a profissionalidade exige habilitação específica para a sua prestação, ou seja, o desenvolvimento das competências necessárias para o exercício de uma profissão;

- O serviço especializado, por sua vez, significa uma capacitação diferenciada, extraordinária, não disponível a qualquer profissional de conhecimento médio, mas sim, apenas àqueles capazes de solucionar problemas e dificuldades complexas.

Ainda sobre o tema, destaca-se a Súmula 252 do Tribunal de Contas da União:

Súmula 252: A inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da lei 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13, natureza singular do serviço e notória especialização do contrato.

Com efeito, o art. 25, inc. II, da Lei de Licitações não autoriza a contratação direta com base no simples fato de o serviço ser técnico e pressupor conhecimentos específicos por parte do prestador (pessoa física ou jurídica). É imprescindível que o serviço tenha natureza singular.

A qualificação do serviço prestado como de *natureza singular*, inclusive, já foi enfrentada pelo Tribunal de Contas da União, que emitiu a Súmula 264/2011, cujo teor passo a transcrever:

Súmula 264: A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

O conceito de singularidade não deve abranger apenas o único, inédito ou exclusivo, mas também aquele que se afasta do corriqueiro, ou do dia-a-dia da Administração Pública, compreendendo uma situação diferenciada, com acentuado nível de segurança e cuidado e, exatamente por isso, se mostra especial e o mais adequado à pretensão da Administração.

2.3. Inscrição de Servidores no evento “Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais - IBEPES, na modalidade presencial, em Curitiba/PR, no período de 24 a 27 de outubro de 2022.

No caso trazido à apreciação, a Divisão de Desenvolvimento Humano considerou concorrer em favor da contratação do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais – IBEPES o foco do evento sobre questões que impactam diretamente e que, portanto, podem contribuir para a melhoria dos trabalhos administrativos no judiciário.

Ademais, há a necessidade real de atualização dos servidores referidos acerca de temas específicos da área técnica, conforme justifica A Diretora Geral (doc. 3028333):

“A iniciativa visa congrega várias áreas do conhecimento, como Direito, Economia, Sociologia e Administração Pública, com a finalidade de gerar e disseminar conhecimentos capazes de melhorar os níveis de eficiência e de efetividade da Justiça. Essa ação é particularmente importante na medida em que sistemas de justiça são, regra geral, caros, congestionados, lentos e pouco efetivos.

Ressalto que, além da relevância do evento para o aprimoramento, crescimento e conhecimento de boas práticas para elevar a eficiência e efetividade da Justiça, este Tribunal Regional Federal da 5ª Região teve um trabalho aceito para publicação nesse evento e será necessário apresentá-lo (ver doc. 3025683), o que acontecerá no dia 24/10/2022, conforme programação anexa (doc. 3021971).”

Tratando-se de trabalho relativo a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, o objeto se insere na definição de serviço técnico profissional especializado, contida no inc. VI, do art. 13, da Lei 8.666/93.

Cuida-se, portanto, de qualificação que redundará em benefícios não apenas àqueles Servidores, mas principalmente ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que poderá contar com profissionais atualizados em relação aos temas atuais concernentes à área de Administração Pública.

2.4. Justificativa de preço, e disponibilidade financeira e orçamentária.

Não se pode perder de vista o teor dos atestados de capacidade técnica, juntados aos autos (docs. 3058917 e 3027905).

Demais disso, no que concerne à justificativa de preço, vê-se que o valor unitário de R\$ 500,00 (quinhentos reais) é compatível com outros eventos similares (docs. 3058921 e 3058925). Restou afastada, portanto, a hipótese de abusividade.

Quanto à disponibilidade orçamentária para o atendimento do objeto da presente contratação direta, esta se encontra atestada pela Subsecretaria de Orçamento e Finanças como sendo adequada com a Lei Orçamentária para o presente exercício e compatível com o Plano Plurianual para os exercícios futuros (doc. 3064023).

2.5. Regularidade fiscal e trabalhista.

Para a comprovação da regularidade fiscal, exigida mesmo nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, foram colacionados aos autos certidões negativas e de regularidade fiscal, trabalhista e de FGTS, em conformidade com o disposto no art. 29, da Lei n.º 8.666/93.

Registre-se que a contratação direta, ou sem licitação, não afasta a exigência do preenchimento dos demais requisitos de habilitação previstos no art. 27, da Lei 8.666, o que restou satisfatoriamente atendido nos autos.

2.6. Ato de Inexigibilidade de Licitação. Publicação do extrato no Diário Eletrônico Judicial.

Impende ainda registrar que, em virtude do princípio da economicidade e seguindo orientação do TCU inserta no Acórdão 1.336/2006 – Plenário, Processo 019.967/2005-4, as contratações de pequeno valor, como no caso em análise, cujo montante importa em R\$ 1.425,00 (mil quatrocentos e vinte e cinco reais), podem ser dispensadas da respectiva publicação na imprensa oficial:

9.2 determinar à Secretaria de Controle Interno do TCU que reformule o SECOI Comunica n.º 06/2005, dando-lhe a seguinte redação: “a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei n.º 8.666/93 (art. 24, incisos III a XXIV, e art. 25 da Lei n.º 8.666/93), está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância aos princípios da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei n.º 8.666/93.

Todavia, vale ressaltar que, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, quando o valor contratado estiver dentro dos limites previstos no art. 24, inc. I e II, da Lei 8.666/93, os instrumentos contratuais poderão ser publicados na forma de extrato no Diário Eletrônico deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em conformidade com a Resolução 29, de 26 de outubro de 2011, em observância aos princípios da publicidade, da eficiência, da simplicidade, da economia dos atos processuais e da redução dos custos operacionais, tendo em vista a disposição constante em seu art. 1º, cujo teor passo a transcrever:

Art. 1º - Instituir o Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região, com meio oficial de publicação dos atos judiciais, dos atos administrativos e de comunicação em geral.

§ 1º - O Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região substituirá a versão impressa das publicações oficiais e será veiculado, gratuitamente, no Portal da Justiça Federal da 5ª Região, na internet, no endereço www.trf5.jus.br.

§ 2º - Nos casos em que houver determinação expressa em lei, as publicações serão feitas também no formato impresso, nos órgãos de imprensa oficiais e/ou jornais de grande circulação.

§ 3º - A publicação eletrônica não substitui a intimação ou vista pessoal nos casos em que a lei assim exigir.

Destarte, na hipótese aqui em comento, recomenda-se que, em prestígio ao princípio da publicidade, o ato de inexigibilidade seja publicado no Diário Eletrônico deste Tribunal.

2.7. Formalização da contratação por meio de nota de empenho em substituição ao termo de contrato. Art. 62 da Lei 8.666.

Por fim, imperioso reconhecer a desnecessidade da formalização do pacto através de instrumento de contrato, com fundamento no art. 62 da Lei 8.666, pois o valor da presente contratação é inferior aos limites de concorrência e de tomada de preços e, em decorrência da natureza jurídica da contratação, a Administração pode substituí-lo por outros instrumentos hábeis, como a nota de empenho de despesa, ordem de execução de serviço, autorização de compra, entre outros.

Para corroborar este posicionamento, transcrevo o art. 62 do Estatuto de Licitações e Contratos:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

3. Conclusão.

Com essas considerações, restritamente aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica da Presidência opina favoravelmente à inscrição dos Servidores Telma Roberta Vasconcelos Motta, mat. 5347, Robson Godoi de Albuquerque Maranhão, mat. 1101, e Marcelo Nobre Tavares, mat. 5619, no evento "Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS", promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais - IBEPES, em Curitiba/PR, no período de 24 a 27 de outubro de 2022, em conformidade com as condições insculpidas no PAD 313/2022, e com fundamento nos termos do art. 25, inc. II, c/c o art. 13, VI e art. 26, parágrafo único, incs. II e III, todos da Lei 8.666/93.

É o parecer, que ora submeto à consideração superior.

Em 20 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA MADALENA SALSA AGUIAR, ANALISTA JUDICIÁRIO/ JUDICIÁRIA**, em 20/10/2022, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LOUISE CAROLINE FLORO DE OLIVEIRA BARBOSA, ASSESSOR(A) JURÍDICO II**, em 20/10/2022, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA KAREN DE OLIVEIRA BARBOSA, Servidora**, em 20/10/2022, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3070933** e o código CRC **204CCCD2**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

DESPACHO

Processo Administrativo nº 0010120-09.2022.4.05.7000.

Acolho, com esteio no art. 50, § 1º, da Lei 9.784/99, os termos do Parecer da Assessoria Jurídica da Presidência n.º 152/2022, para autorizar a participação dos servidores Telma Roberta Vasconcelos Motta, mat. 5347, Robson Godoi de Albuquerque Maranhão, mat. 1101, e Marcelo Nobre Tavares, mat. 5619, no evento "Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS", promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais - IBEPES, em Curitiba/PR, no período de 24 a 27 de outubro de 2022, em conformidade com as condições insculpidas no PAD 313/2022, e com fundamento nos termos do art. 25, inc. II, c/c o art. 13, inc. VI e o art. 26, parágrafo único, incs. II e III, todos da Lei 8.666/93.

Por conseguinte, autorizo a emissão de nota de empenho em favor da empresa referida.

Encaminhem-se os autos à Diretoria Administrativa, para conhecimento e cumprimento.

Publique-se no Diário Oficial.



Documento assinado eletronicamente por **EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR, PRESIDENTE**, em 20/10/2022, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3070957** e o código CRC **48EB8859**.

0010120-09.2022.4.05.7000

3070957v2